Aos seis dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às catorze horas e trinta minutos no Auditório do Conselho Regional de Farmácia (CRF), foi realizada a 194ª (centésima nonagésimaquarta) Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas – CES/AL. Estavam presente na reunião os **Conselheiros Titulares: Alfredo Raimundo Correia Dacal** (UNCISAL), **Cícera Joseane Siqueira Araújo** (ADEFAL), **Josinete de Souza Pimentel** (CERVI), **Vera Lúcia Elias Rodrigues** (Santa Casa de Maceió), **Benedito Alexandre de Lisboa** (SISPSEAL), **Eluciane Soares da Luz** (COREN), **Cristiano Souza Silva** (CRO/AL), **Francisco Renê Leite Gondim**, (CRF/AL), **Leidjane Ferreira de Melo** (SATEAL), **Maria Derivalda Andrade** (SASEAL), **Maurício Sarmento da Silva** (SINDAS/AL), **Gerônimo Ferreira da Silva** (AAAHD), **Rejane Rocha da Silva** (ABEN/AL), **Maria Augusta Machado Marinho** (APOSTE), **Maria José dos Santos** (CEAMI), **Cicero Vieira Sampaio** (Instituto Alvorada), **Francisco Paulo da Silva** (ACORDE), **Jesonias da Silva** (FUNDEGE), **José Cláudio Vital Custódio** (Peregrino do Amor), **Cristiano Márcio Firmino de Lima** (UNIASAL), **Fernando Antônio Souza Dórea** (IDECON/AL), **José Wilton da Silva** (ARCAL), **Manoel Eduardo Oliveira** (FAMECAL), **Marcus José Guimaraes Rego** (FAAPIAL), **Maria Alice Gomes Athayde** (FASPEAL), **Wellington Soares dos Santos (**AMAI)e dos**Conselheiros Suplentes:Sylvana Medeiros Torres (COSEMS/AL), Regina Maria dos Santos (UFAL), Monica Valéria Bernardino Lima** (SINEAL), **Maria de Fátima Lopes de Albuquerque** (FETAG/AL), **Jordeval Soares Morais** (AAAHD), **Wellington Diniz Machado** (ARCAL). **Convidados:** Márcia Maria de Lima Silva**,** Assistente de Recursos Humanos do Mini Pronto Socorro Denilma Bulhões**,** KilmaNara Silva de Lemos, coordenadora de enfermagem do MPS Assis Chateaubriand, Marilda P. Tomido Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas (SEINSF) e Lúcia Marina Tavares, coordenadora de serviço social do MPS João Fireman**. Contou ainda com as presenças dos Técnicos da Secretaria Executiva**: Maria de Fátima Leite Carnaúba, Joaquim Milton Pinto Almeida, Silvana Matos Meira Bastos, Simone Stella Gabriel Barros,e da **Secretaria Administrativa:**Maria de Fátima da Silva, John Carlos Muniz da Silva, Thamara Moura Santos,Christian Fabiano de Souza Silva,Maurício Alves Pastor.A reunião teve como **pontos de pauta**: ITEM 1 – Indicação dos representantes do CES/AL, para compor a Comissão Interinstitucional em Nefrologia, deliberado pelo pleno na 69ª. Reunião Extraordinária, Item II – Apresentação dos Relatórios das visitas aos Minis Prontos Socorros de Maceió, realizada pela Comissão de Ação a Saúde e Recursos Humanos, Item III – Política de Saúde da População Negra do Estado de Alagoas, solicitada pela Comissão de Educação Permanente do CES e pelo conselheiro e secretário Gerônimo Ferreira e Item IV – Apreciação do Regulamento da CISTT. Iniciando a reunião o Presidente do CES/AL desejou a todos boas vindas, agradecendo a equipe do Conselho Regional de Farmácia (CRF/AL) pelo espaço concedido para realização da reunião. Em seguida passou a palavra para o coordenador da mesa **Gerônimo Ferreira da Silva**quefez a leitura do expediente do dia, informando as justificativas de falta dos conselheiros: Maria do Socorro Ayres, José Medeiros da Silva e Paulo Teixeira, todosdo segmento gestor; Francisco Ricardo Correia Mata e Paulo Mesquita, ambosdo segmento usuários. Também informou sobre a suspensão do Item III – Política de Saúde da População Negra do Estado de Alagoas, solicitada pela Comissão de Educação Permanente do CES e pelo conselheiro e secretário Gerônimo Ferreira, tendo como justificativa a impossibilidade do responsável comparecer a presente reunião do CES/AL.Logo após o presidente do CES/AL, **Jesonias da Silva**passou a fazer a apresentação dos convidados e solicitou inclusão de ponto de pautana ordem do dia, que foi a Homologação da Resolução AD Referendum nº 021, de 05 de setembro de 2018, que estabelece recursos para custeio de despesas de deslocamentos de conselheiros estaduais de saúde e equipe técnica e administrativa lotadas no Conselho Estadual de Saúde/AL, esclarecendo que na conversa com o governador sobre a questão da ajuda de custo dos conselheiros foiquestionada a ajuda de custo semestral, sendo esclarecida para que se destinava. Informou que a SESAU fez consulta a Procuradoria Geral do Estado (PGE)que em seguida informou para o CES que podia deliberar em pleno. Enfatizouter sido uma grande batalha com vista à normatização pela SESAU dessa ajuda de custo, onde finalmenteo governo e a PGEentenderam e reconheceram esse direito. Então o CES/AL normatizará através dessa Resolução e enviará a SESAUpara legitimação através de Portaria. A conselheira **Rejane Rocha da Silva** solicitou que a Resolução fosse encaminhada para os e-mails dos conselheiros e que não fosse colocada em votação. O conselheiro**Benedito Alexandrede Lisboa** perguntou se a discussão já tratava de valores, mas devido ao tempo o importante era fazer a votação da proposta naquele dia e que fosse feito a leitura do documento. O conselheiro **Gerônimo Ferreira da Silva**disse que atualmente os conselheiros estão pagando para participar das reuniõesem eventos do CES/AL, e disse concordar com o conselheiro Benedito Alexandre de Lisboa para que essa proposta fosse colocada em votação. O conselheiro**José Cláudio Vital Custódio** pediu questão de ordem para quem quisesse se inscrever, em seguida completou a fala dizendo que essa questão hoje está sendo normatizada e que em outras gestões isso não tinha ocorrido, então deveria ser votada hoje a matéria. O presidente **Jesonias da Silva** disse que iria ser enviada para os conselheiros, no entanto, a matéria teria que ser votada nessa reunião. O conselheiro **Benedito Alexandre de Lisboa** disse que tudo foi feito na sua gestão e que nenhum acordo foi feito a revelia. Em seguida o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** colocou a proposta de inclusão da Resolução 021 em votação, onde se obteve o seguinte resultado: 18 (dezoito) votos a favor e 04 (quatro) abstenções dos conselheiros: José Wilton, Fernando Dórea, Rejane Rocha e Maria José. Em seguida o presidente fez a leitura da Resolução nº. 021/2018.O conselheiro **Fernando Antônio SouzaDórea** disse que o pagamento daajuda de custo geralmente está garantido no Regimento Interno e que deveria ter direito o conselheiro titular e suplente que participam ativamente das reuniões, pois segundo o conselheiro recebiam em outras gestões. O presidente do CES/AL**Jesonias da Silva** respondeu que o conselheiro Fernando Antônio SouzaDórea sempre cobrou o pagamento de ajuda de custo ao suplente, mas infelizmente, pelas normas não tem direito e que em outras gestões os suplentes também nunca tiveram direito ao pagamento da ajuda de custo.A Resolução 021 foi colocada em votação, sendo aprovada com 21 (vinte e um)) votos a favor e 03 (três) abstenções dos conselheiros: José Wilton, Fernando Dórea e Maria Derivalda Andrade. Em seguida o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** falou que devido às dificuldades de local, a reunião estava acontecendo naquele recinto – Auditório do Conselho Regional de Farmácia – CRM, passando a fazer a leitura da pauta da reunião, explicando que o Item III iria ser retirado da pauta por que o técnico responsável pela apresentação informou que não ia ser possível sua presença na reunião. O conselheiro **José Claudio Vital Custódio**perguntou se o povo do Movimento da População Negra foi avisado. O presidente do CES/AL**Jesonias da Silva** respondeu que todos foram convidados. Em seguida o conselheiro **Fernando Antônio SouzaDórea** fez referência ao Item IV, questionando como um conselheiro que já é coordenador de uma comissão vai ser coordenador de outra comissão. Então sugeriu que o item fosse retirado da pauta, porque o próprio conselheiro Francisco Ricardo Correia Mata que iria apresentar e estava cotado pra ser o coordenador não se encontrava presente na reunião. O conselheiro **Benedito Alexandre Lisboa**disse ser prudente não colocar em pauta o Item 4, tendo em vista a ausência do coordenador da comissão e que não existia no pleno nenhum membro da comissão com o poder delegado**.**A conselheira**Rejane Rocha da Silva** concordou com a fala do conselheiro Benedito Alexandre Lisboa e comentou sobre a questão de coordenador adjunto na comissão, passando a questionar se os conselheiros receberam o Regulamento da CISTT em tempo hábil. A conselheiradisse também que o Regulamento poderia ser modificado no pleno, passando a informar que a professora Lenira Wanderley não recebeu o referido documento em tempo hábil, então sugeriu a suspenção do ponto de pauta e que fossecolocado em outro momento. O conselheiro **Mauricio Sarmentoda Silva**explicou que aCISTT é uma comissão intersetorial, portanto, nada impede que o conselheiro participe da referida comissão, como também da Comissãoda CIES entre outras. O conselheiro disseainda que a comissão é regida pelo Regimento Interno do CES, por isso toda demanda da comissão terá que ser homologada no pleno, portanto, não é deliberativa, e com relação ao Regulamento Interno da CISTT é um documento que precisa ser aprovado no pleno, portanto não entende o porquê postergar essa temática. O conselheiro **Gerônimo Ferreira da Silva** disse que qualquer matéria que vier para o CES que diz respeito à legislação tem que passar pela Comissão de Legislação e Normas, portanto, solicitou que o Regulamento da CISTT fosse enviado com a máxima brevidade para a comissão, para que não houvesse atraso para análise, e após análise seria enviada para o pleno. O presidente do CES/AL, **Jesonias da Silva** disse que não iria colocar para votação o Item IV, e sim, que o plenário resolva se vai ser retirado ou não, mas defende que o Coordenador da CISTT seja eleito e não indicado pela mesa. A conselheira **Rejane Rocha da Silva** disse que estava surpresa, porque pensava que a proposta de Regulamento da CISTT tinha passado pela Comissão de Legislação e Normas, mas percebeu que o Regulamento caiu de paraquedas na CISTT. Por fim, o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** sugeriu a retirada do ponto de pauta e que iria devolver o documento para a CISTT, pois foi da comissão que veio para o pleno. A conselheira **Maria Derivalda Andrade** falou que deveria ser revisto a questão da coordenação da comissão da CISTT. O conselheiro **Alfredo Raimundo Correia Dacal** fez referência ao comentário da conselheiraMaria Derivalda Andrade, passando aexplicar que na UNCISAL as pessoas podem participar de várias comissões, mas não tem direito a voto. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva**falou da reformulação da Lei do CES/AL, e em seguida citou que pelas normas a CISTT existe desde a existência do CES. A conselheira**Rejane Rochada Silva**disse que no dia da posse falou para o secretário que a Lei do CES/AL deveria ser mudada porque o Regimento Interno não poderia ser modificado sem antes rever a Lei. O presidente **Jesonias da Silva**disse que a culpa não era do presidente e sim que a Comissão de Legislação e Normas teria que entender que não poderia mudar o Regimento sem antes rever a lei. O conselheiro **Fernando Antônio Souza Doria**, disse que o Regimento não deixa claro em relação à participação ou nãode um conselheiro em duas comissões. Em seguida o presidente **Jesonias da Silva** falou que o Hospital Vida informou que não participará da Comissão de Nefrologia alegando não ter interesse em implantar a nefrologia pediátrica. A conselheira **Vera Elias Rodrigues** disse que não existe essa história de não querer participar, e sim, terão que participar.A conselheira suplente **Sylvana Medeiros Torres** falou que independente desses hospitais atenderem ou não,tem que participarem da Comissão. A conselheira **Maria Alice Gomes Athayde** falou que a secretária de saúde de Maceió também terá que participar. O conselheiro**José Wilton da Silva**concordou com as falas das conselheiras, enfatizando que nenhum prestador poderá se negar a participar da Comissão e que devem participar dessas discussões, mas fica nítido que muitos serviços não têm interesse em discutir essa política de saúde com vista à melhoria da assistência prestada aos pacientes portadores do agravo. A conselheira suplente **Sylvana Medeiros Torres** falou quese deveobservar que uma criança poderá está na rede de nefrologia, portanto, os serviços terão que participar das discussões para conhecer o serviço.Em seguida o presidente **Jesonias da Silva** leu a resposta recebida do Hospital Vida com relação ao convite para compor a Comissão Interinstitucional. Em seguida o presidente sugeriu que o conselheiro José Wilton da Silva e Leidjane Ferreira de Melodeveriam fazer parte desta Comissão. Com relação à gestão deveriam ser representantes do Estado, envolvendo os municípios e as unidades hospitalares que prestam serviços. Em seguida o presidente perguntou ao pleno quem concordava com a indicação dos dois conselheiros para representar o CES ea inclusão do Cosems na referida Comissão, colocando a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade com 25 (vinte e cinco) votos a favor. Em seguida o presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** passou para outro ponto de pauta, convidandoa Coordenadora da Comissão de Ação a Saúde para apresentar o Item II. A conselheira **Maria Augusta Machado Marinho**iniciou fazendo a leitura dos relatórios das visitas que foram realizadas aos Minis Prontos Socorros de Maceió. Terminada a leitura, o presidente **Jesonias da Silva** convidou os representantes das Unidades de Saúde citadas, mas antes disse que no momento das visitas algumas dasunidades de saúde se encontravamem péssimas condições. A técnica responsável pela Unidade Assis Chateaubriand**Kilma Leite** disse que no momento da visita a unidade estava funcionando no antigo prédio, mas que atualmente está funcionandoprovisoriamenteno InstitutoGalba Novaes, prédio alugado pela SESAU. A técnica disse que com relação ao acolhimento existia o projeto de implantação para classificação de risco que foi deferido pela SESAU na semana anterior, mas que existem poucos funcionários para colocar em prática o Protocolo de Mancheter em prática, inclusive falta profissional enfermeiro. Segundo a técnica precisa também capacitar os servidores para usar o citado protocolo, mas que na medida do possível a unidade vem atendendo toda demanda, até mais do que antes, fazendo pré-consultas, drenagem de abcessos, troca de sondas, isto na sala de procedimentos. Falou que isto já é regulamentado no MPS, esclarecendo que tais procedimentos são realizados pelo profissional médicoA responsável pelo Mini Pronto Socorro do Jacintinho **Lúcia Maria Tavares** falou que as obras estavam avançadas e que a previsão é para 120(cento e vinte) dias para construção da UPA, esclareceu que antes a unidade funcionava como Posto de Saúde. Segundo a técnica as obras estão avançadas e que irá ser viabilizado um melhor espaço para atender uma média/dia de 300 (trezentos) pacientes. A técnica informou ainda que atualmente atendem casos difíceis, mas são encaminhados para o HGE. Em seguida falou da péssima localização da unidade de saúde, não deixando de frisar que são serviços diferenciados e que dependem dos profissionais que se encontram no momento. Em seguida a profissional do MPS enfocou que herdaram um serviço que era um Posto de Saúde, mas o bairro cresceu e por isso havia necessidade de uma equipe multiprofissional, principalmente, na área de psicologia. A responsável do Mini Pronto Socorro Denilma Bulhões a técnica **Márcia Maria de Lima Silva** disse que a visita foi realizada num momento em que a unidade se encontrava numa situação precária apresentando vazamentos e mofo. Informou que o telhado foi consertado e que atualmente a unidade atende uma média de 300(trezentas) pessoas/dia, sendo que o maior atendimento é inerente à atenção básica. Na sequência a técnicadisse que não tem o protocolo de Manchester, o que existe é a verificação de pressão antes do atendimento médico. O presidente do CES/AL, **Jesonias da Silva** disse que das visitas realizadas a pior situação encontrada foi no Mini Pronto Socorro Denilma Bulhões.O conselheiro **Francisco René Leite Gondim**disse que a vigilância sanitária do município de Maceió tinha feito visitas aos MPS, em seguida perguntou se tinha sido resolvido se os problemas que foram detectados foram solucionados? Falou que o Estado estava construindo duas UPAS e que não foram contempladas no Plano Estadual de Saúde. Afirmou que a saúde como um todo vem trabalhando de forma arbitrária. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** indagou quando será que o Estado vai atender a legislação? Pois estavam discutindo a saúde como um todo nas três esferas de governo, passando a informar que aComissão de Orçamento e Programação estava revisando o Plano Estadual de Saúde/PES da SESAU, no que se referem aos últimos dois anos, mas não sabia informar se as UPAS estavam sendo contempladas no citado PES.A conselheira **Leidjane Ferreira da Silva** disse que o SATEAL tinha feito visitas aos MPS, e naquele momento tinha sido elencados 07(sete) pontos, mas que foi determinante que o CES monitorasse os MPS, lembrando que a prática agora é os MPS deixarem de existirempara nascerem as UPAS. Segundo a conselheira**Leidjane Ferreira da Silva**o Plano Piloto foi em Rio Largo. A conselheira também chamou atenção para a questão das OSS e os servidores, pois geralmente são devolvidos para SESAU com objetivo de serem redistribuídos de acordo com o perfil dos profissionais, mas que em Alagoas concorrem com as OSS. Nesse momento a conselheira solicitou um Ponto de Pauta para discutir a questão dos servidores com vista a sua absorção nas OSS. A conselheira disse ainda, que foi colocado para todos que atendem à demanda das UPAS, passando a questionar o que o município de Maceió está fazendo para atender as suas demandas? Então solicitou que o município de Maceió se posicionasse. Em seguida a conselheira completoudizendo que o protocolo de Manchester é importante que se implante. A conselheira **Rejane Rocha da Silva** disse que leu todos os relatórios, neles foi visto a questão do acolhimento, mas que o acolhimento que vivenciou e/ou a equipe de enfermagem foi na ponta da faca e deram nome a isso de acolhimento (projeto arquitetônico). Em seguida a conselheira **Rejane Rocha da Silva** questionou se os recursos humanos do mini Pronto Socorro Assis Chateaubriand são suficientes. “ Como, se não foi feito o dimensionamento?” Chamou atenção nos relatórios de visita o fato de constar o nome das pessoas por extenso, visto que isto só poderia ser feito mediante Termo de Autorização de Livre e esclarecido. Opresidente do CES/AL **Jesonias da Silva** disse que não deveria ser colocado nesse momento às especificidades do relatório, lembrando que a Comissão de Ação a Saúde já tinha elaborado um relatório. O conselheiro **Cicero Vieira Sampaio** disse que o bairro do Jacintinho cresceu bastante e que a UPA está sendo construída, mas o lugar não tem mais como crescer, com relação à Prefeitura de Maceió afirmou que a mesma não cumpre sua parte com atenção básica. A conselheira **Maria Derivalda Andrade** disse que a preocupação era saber quem vai ser atendido e se fica a cargo de quem está na recepção, lembrando que não foi atoa que o Ministério da Saúde colocou em relação a esses atendimentos. A conselheira disse que isso era uma questão de gestão, em seguida propôs quese cumpra a portaria. A conselheira suplente **Silvana Medeiros Torres** falou que o relatório não tem mais a cara de hoje e que não precisava ficar mais discutindo nesse momento a readequação dos MPS, e sim, o plano da política de urgência e emergência, citando que em Maceió existem as UPAS, que no mês de maio foi discutido que o Jacintinho teria uma UPA tipo 3 sob a gestão do Estado. A conselheirafalou que isso eram questões técnicas que precisavam ser discutidas e que se estendem ao município de Maceió e ao Estado. A conselheira **Maria Alyce Athayde** falou que já tinha se passado muito tempo para discutir esse ponto de pauta se tornando difícil, nesse momento, para fazer uma discussão sobre a rede de urgência e emergência. O conselheiro **Fernando Antônio de Souza Doria** disse que convive nessas comunidades e ouvem reclamações dos moradores, passando a perguntar às datas que foram realizadas as visitas. Em seguida o conselheiro propôs uma nova diligência para buscar novos dados sobre a questão para o pleno. A técnica **Kilma Leite** respondeu que o acolhimento é realizado juntamente com os profissionais do nível superior e demais profissionais, tendo como objetivo planejar os atendimentos, mas fez questão de informar que em nenhum momento repassou a responsabilidade para os técnicos. A técnica disse ainda que atualmente estão funcionando com atendimento na área de saúde bucal, no que se refere à queixa “dor” alémde outros atendimentos. Com relação aos estudantes de enfermagem que fazem estágio, estes estão atuando monitorados por um supervisor da escola profissionalizante. A técnica também disse que com relação aos enfermeiros da ambulância existe um suporte da SAMU, senão acontece, passa a ser é uma questão de gestão, passando a informarque todas as vezes que precisam levar um paciente demanda uma grande burocracia por parte da SAMU, sendo uma obrigação dar suporte técnico. A conselheira **Leydjane Ferreira** disse que não tinha conhecimento dessa orientação do COREN e tinha interesse de conhecer, passando a citar queo transporte da SAMU é um tipo de atendimento, e o transporte por parte de ambulância e outro tipo de atendimento. A técnica **Kilma Leite** falou que a questão de transportes para os pacientes traz muitos problemas, dizendo que hoje existe um quadro de servidores efetivo muito reduzido. Com relação ao Mini Pronto Socorro IB Gatto está a ponto de guerra porque a Secretaria de Estado da Saúde vai dar um treinamento em informática e precisa selecionar quem vai se adaptar as O.S.S. A técnica **Márcia Maria de Lima**do Mini Pronto Socorro Denilma Bulhões informou que foramfeito os consertos. **Lúcia Maria Tavares** do Mini Pronto Socorro do Jacintinho falou que a unidade de saúde está funcionando na parte alta da cidade, ficando difícil por ser um bairro violento e na medida em que vai ficar em Cruz das Almas irão atender, também, o litoral norte. A conselheira suplente **SylvanaMedeiros Torres** informou que irá ser oficializado o atendimento ao litoral norte. A técnica **Lúcia Maria Tavares**disse que atende muita gente e ninguém aceita ser passado pra trás, por isso requer muito cuidado por parte dos profissionais para atender com justiça e sem discriminação. Informou também, que os casos difíceis encaminham para os hospitais de referência, citando que às vezes não tem maca e nem estrutura necessária. Em seguida a técnica solicitou rever a situação com maior atenção para melhor servir os usuários. A conselheira **Leidjane Ferreira da Silva** perguntou senão existe uma classificação de entrada. A conselheira **Maria Derivalda Andrade** falou que a situação que estava acontecendo com o IB Gatto, provavelmente irá acontecer em vários lugares que passar para as OSS, disse ainda que essa questão tinha sido discutida e que precisava rever esse equivoco e que seria importante que o CES acompanhasse essa discussão. A técnica **Márcia Maria de Lima**esclareceu que o pessoal do registro não tem condições de fazer a triagem, mas que todos os usuários que tem acesso à unidade de saúde são atendidos. O presidentedo CES/AL **Jesonias da Silva** disse que infelizmente hoje não se cumpre nada, mas que iria lutar para se atender a Política de Saúde deUrgência eEmergência e que iria levar a discussão para a gestão. A conselheira **Leidjane Ferreira da Silva** disse que até ao CES não foi apresentada a real situação da Política de Saúde, e sugeriu que fosse apresentada esta pauta ao pleno. O presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** falou que a questão era difícil porque nessas unidades existem vários profissionais com salários diferentes, completando o presidente disse que o CES poderia provocar o Ministério Público e vários setores para discutir a saúde de forma ampla, também sugeriu recomendação a Procuradoria Geral do Estado sobre a situação do Servidor Público do Estado de Alagoas. Em seguida O presidente do CES **Jesonias da Silva** propôs uma discussão da rede de urgência e emergência. Com relaçãoà questão do município de Maceió, encaminhou a proposta para votação do pleno, sendo aprovado por unanimidade com 22(vinte e dois) votos. Continuando a reunião o Presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** passou paraos informes. O conselheiro **Cicero Vieira Sampaio** disse que foi convidado para participar da inauguração do Centro de Diagnóstico e a sala da população indígena na UFAL, em seguida disse que a máfia na porta do Hospital Universitário é muito séria. A conselheira **Regina Maria dos Santos** disse que o conselheiro Cicero Vieira Sampaio tinha participado da inauguração do Centro de Diagnóstico e Ambulatório deferidos, bem como, a sala para a população indígena. O presidente do CES/AL Jesonias da Silva encerrou a reunião as 17h09min (dezessete horas e nove minutos) e para constar, eu, **Marleide Lira**, assessora técnica do CES/AL, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada deverá ser assinada pelos conselheiros presentes. Maceió, seis de setembro de 2018.

Alfredo Raimundo Correia Dacal

Cícera Joseane Siqueira Araújo

 Josinete de Souza Pimentel

Vera Lúcia Elias Rodrigues

 Benedito Alexandre de Lisboa

Eluciane Soares da Luz

Cristiano Souza Silva

Francisco Renê Leite Gondim,

Leidjane Ferreira de Melo

 Maria Derivalda Andrade

Maurício Sarmento da Silva

Gerônimo Ferreira da Silva

Rejane Rocha da Silva

Maria Augusta Machado Marinho

Maria José dos Santos

Cicero Vieira Sampaio

Francisco Paulo da Silva

Jesonias da Silva

José Cláudio Vital Custódio

Cristiano Márcio Firmino de Lima

Fernando Antônio Souza Dórea

José Wilton da Silva

Manoel Eduardo Oliveira

Marcus José Guimaraes Rego

Maria Alice Gomes Athayde

Wellington Soares dos Santos

Sylvana Medeiros Torres

Regina Maria dos Santos

Monica Valéria Bernardino Lima

Maria de Fátima Lopes de Albuquerque

Jordeval Soares Morais

Wellington Diniz Machado